



OPEA CAPITAL S.A. - CNPJ/ME nº 39.502.045/0001-08																																																																																																				
Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)																																																																																																				
<p>o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros. <b>19.4.1. Derivativos:</b> No período findo de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos. <b>19.4.2. Risco de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de contas a receber e despesas reembolsáveis. <b>19.4.3. Risco de liquidez:</b> Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis. Na atual data base a administração não identificou passivos financeiros com risco de liquidez. <b>19.4.4. Risco de mercado:</b> Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI.</p>																																																																																																				
<p><b>20. Análise de sensibilidade: Premissas:</b> A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir: <b>• Cenário base:</b> baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico; <b>• Cenário adverso:</b> deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base; <b>• Cenário remoto:</b> deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base. <b>Análise da administração:</b> A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos. A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade. Os percentuais de CDI e IPCA utilizados na sensibilidade foram obtidos através do relatório de projeções do Banco Itaú emitido em fevereiro de 2022 e representam a expectativa para os próximos 12 meses.</p>																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Premissas</th> <th rowspan="2">Cenário base</th> <th rowspan="2">Cenário adverso</th> <th rowspan="2">Cenário remoto</th> <th colspan="3">Cenário</th> </tr> <tr> <th>base</th> <th>adverso</th> <th>remoto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Diminuição da taxa do CDI</b></td> <td>12,38%</td> <td>9,29%</td> <td>6,19%</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Diminuição da taxa do IPCA</b></td> <td>5,52%</td> <td>4,14%</td> <td>2,76%</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Títulos e valores mobiliários</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <th>Fator de risco</th> <th>Risco</th> <th>Instrumento</th> <th></th> <th>Cenário base</th> <th>Cenário adverso</th> <th>Cenário Remoto</th> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="3">Controladora</td> </tr> <tr> <td>Taxa de juros - CDI</td> <td>Diminuição da taxa do CDI</td> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td></td> <td>678</td> <td>509</td> <td>339</td> </tr> <tr> <td>Taxa de juros - IPCA</td> <td>Diminuição da taxa do IPCA</td> <td>Títulos e valores mobiliários</td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <th>Fator de risco</th> <th>Risco</th> <th>Instrumento</th> <th></th> <th>Cenário base</th> <th>Cenário adverso</th> <th>Cenário Remoto</th> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="3">Consolidado</td> </tr> <tr> <td>Taxa de juros - CDI</td> <td>Diminuição da taxa do CDI</td> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td></td> <td>840</td> <td>630</td> <td>420</td> </tr> <tr> <td>Taxa de juros - IPCA</td> <td>Diminuição da taxa do IPCA</td> <td>Títulos e valores mobiliários</td> <td></td> <td>12</td> <td>9</td> <td>6</td> </tr> </tbody> </table>							Premissas	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto	Cenário			base	adverso	remoto	<b>Diminuição da taxa do CDI</b>	12,38%	9,29%	6,19%				Caixa e equivalentes de caixa							<b>Diminuição da taxa do IPCA</b>	5,52%	4,14%	2,76%				Títulos e valores mobiliários							Fator de risco	Risco	Instrumento		Cenário base	Cenário adverso	Cenário Remoto					Controladora			Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa		678	509	339	Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Títulos e valores mobiliários		-	-	-	Fator de risco	Risco	Instrumento		Cenário base	Cenário adverso	Cenário Remoto					Consolidado			Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa		840	630	420	Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Títulos e valores mobiliários		12	9	6
Premissas	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto	Cenário																																																																																																
				base	adverso	remoto																																																																																														
<b>Diminuição da taxa do CDI</b>	12,38%	9,29%	6,19%																																																																																																	
Caixa e equivalentes de caixa																																																																																																				
<b>Diminuição da taxa do IPCA</b>	5,52%	4,14%	2,76%																																																																																																	
Títulos e valores mobiliários																																																																																																				
Fator de risco	Risco	Instrumento		Cenário base	Cenário adverso	Cenário Remoto																																																																																														
				Controladora																																																																																																
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa		678	509	339																																																																																														
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Títulos e valores mobiliários		-	-	-																																																																																														
Fator de risco	Risco	Instrumento		Cenário base	Cenário adverso	Cenário Remoto																																																																																														
				Consolidado																																																																																																
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa		840	630	420																																																																																														
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Títulos e valores mobiliários		12	9	6																																																																																														
<p><b>21. Outros assuntos:</b> Com relação à pandemia Covid-19, a Companhia tem observado atentamente o impacto no mercado de securitização brasileiro e respectivos créditos a ele vinculados, e segue monitorando os riscos e incertezas advindos deste evento. Do ponto de vista de caixa, a Companhia encontra-se em um cenário de liquidez favorável, porém observa a evolução dos fatos, bem como aguarda medidas governamentais, de ordem de saúde pública bem como econômicas e tributárias, que possam garantir a serenidade, retomada e prosperidade econômica e social do país. A Companhia se resguarda o direito de revisar suas ações e projeções, fruto de alterações futuras que possam advir do tema em tela, e tem adotado políticas corporativas globais e recomendações do seu acionista controlador.</p> <p><b>22. Eventos Subsequentes:</b> Em Março de 2022 a Opea Capital S.A adquiriu 98,60% por R\$ 57.800.000 (cinquenta e sete milhões e oitocentos mil reais), das quotas da Sociedade Nova Atlantis Ltda, sociedade controladora detendo 100% das ações das Companhias Planeta Securitizadora S.A, Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A, Gaia Cred III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A e quotas Sociedade Planetasec Assessoria Financeira Ltda. O preço negociado será pago de forma parcelada, sendo a primeira parcela paga em Março de 2022 e demais parcelas mediante resoluções das condições previstas no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Ações e Outras Avenças.</p>																																																																																																				
<p><b>A DIRETORIA</b> <b>Fábio Roberto Benvido - CRC 1SP255684/0-3</b></p>																																																																																																				
<p><b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis</b></p>																																																																																																				
<p>Aos acionistas e administradores da <b>Opea Capital S/A</b> - São Paulo – SP</p> <p><b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Opea Capital S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Opea Capital S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p><b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p><b>Principais assuntos de auditoria:</b> Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p> <p><b>Receitas de serviços prestados: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:</b> Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial, análise, seleção, cobrança e administração das operações creditórias. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto,</p>																																																																																																				
<p>de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.</p> <p><b>Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: (i) Realizamos a análise das movimentações dos saldos; (ii) Efetuamos uma seleção com base em amostragem quantitativa; (iii) Validamos as informações com as notas emitidas pelo cliente, cobrindo os riscos necessários de forma evidente; (iv) avaliamos a suficiência dos procedimentos de auditoria realizados por outros auditores e não obstante, revisamos os papéis de trabalho da: a) Opea Securitizadora S/A em suas respectivas datas bases, o equivalente a 16,09% do Patrimônio Líquido da holding, avaliando a razoabilidade das conclusões obtidas no contexto das normas brasileiras de auditoria (NBC TA 600); (vi) inspeção da liquidação financeira tanto das baixas dos recebíveis quanto das amortizações dos passivos de emissão. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento dos ativos e o resultado obtido no exercício foram adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.</p> <p><b>Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:</b> As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p><b>Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:</b> Os valores correspondentes ao período de 07 de outubro de 2020 (data da constituição da companhia) a 31 de dezembro</p>																																																																																																				
<p>de 2020, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós ou outros auditores independentes, tendo em vista que a companhia estava em fase pré-operacional e não continha movimentações financeiras, nosso relatório não contém ressalva perante a este assunto.</p> <p><b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p><b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: <b>•</b> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; <b>•</b> Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes</p>																																																																																																				
<p>para a auditoria para /planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; <b>•</b> Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; <b>•</b> Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e <b>•</b> Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <p>São Paulo, 16 de maio de 2022</p> <p style="text-align: right;"><b>Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer - CT CRC 1SP-260.164/0-4</b> <b>Grant Thornton Auditores Independentes - CRC 2SP-025.583/0-1</b></p>																																																																																																				

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>